

A inserção da educação inclusiva na educação especial

Karla Colares Vasconcelos*, Francinaide Campos Verdolin** e Sylvia Sá da Silva Reinehr***

Resumo

Este artigo analisa a inserção da educação inclusiva na Educação Especial no contexto brasileiro, explorando a evolução histórica de paradigmas segregacionistas para inclusivos, com ênfase na ressignificação dos conceitos de deficiência e diferença. A partir de marcos como a Constituição de 1988, a Declaração de Salamanca (1994) e a PNEEPEI (2008), discute-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como dispositivo complementar para eliminar barreiras e promover a participação plena. A análise crítica revela avanços entre avanços normativos e desafios práticos, como segregação sutil e falta de articulações pedagógicas, propondo a necessidade de formação docente e práticas que valorizem a diversidade como enriquecedora. O estudo, de caráter bibliográfico, contribui para reflexões sobre equidade educacional em pesquisas de mestrado.

Palavras-chave: deficiência; diferença; políticas educacionais.

Incorporation of inclusive education in education

Abstract

This article analyses the incorporation of inclusive education into Special Education in the Brazilian context, exploring the historical evolution from segregationist to inclusive paradigms, with emphasis on redefining the concepts of disability and difference. Based on landmarks such as the 1988 Constitution, the Salamanca Statement (1994) and the PNEEPEI (2008), it discusses Specialised Educational Support (AEE) as a complementary mechanism to remove barriers and promote full participation. The critical analysis reveals progress between normative advancements and practical challenges, such as subtle segregation and lack of pedagogical coordination, proposing the need for teacher training and practices that value diversity as enriching. The study, bibliographic in nature, contributes to reflections on educational equity in master's research.

Keywords: disability; difference; educational policies.

La inserción de la educación inclusiva en la educación especial

Resumen

Este artículo analiza la inserción de la educación inclusiva en la educación especial en el contexto brasileño, explorando la evolución histórica de los paradigmas segregacionistas hacia los inclusivos, con énfasis en la reinterpretación de los conceptos de discapacidad y diferencia. A partir de hitos como la Constitución de 1988, la Declaración de Salamanca (1994) y la PNEEPEI (2008), se discute la Atención Educativa Especializada (AEE) como dispositivo complementario para eliminar barreras y promover la plena participación. El análisis crítico revela avances entre avances normativos y desafíos prácticos, como la segregación sutil y la falta de articulaciones

*Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR), professora da Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR), vinculada aos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE) e ao Educação Inclusiva (PROFEI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5106-2824>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/197038783327021>. E-mail: karla.colares@ufrr.br.

**Mestranda em Educação no Centro de Educação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Professora de Educação da Prefeitura Municipal de Boa Vista, Roraima. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7875-276X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7767189559776486>. E-mail: francinaidecampos@gmail.com.

***Mestranda em Educação no Centro de Educação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Professora de Educação da Prefeitura Municipal de Boa Vista, Roraima. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6439-2756>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0543113773591474>. E-mail: ssreinehr@gmail.com.

pedagógicas, proponiendo la necesidad de formación docente y prácticas que valoren la diversidad como enriquecedora. El estudio, de carácter bibliográfico, contribuye a las reflexiones sobre la equidad educativa en las investigaciones de maestría.

Palabras clave: discapacidad; diferencia; políticas educativas.

INTRODUÇÃO

A inserção da educação inclusiva na Educação Especial no Brasil representa um processo histórico marcado por transformações paradigmáticas, que transitam de abordagens segregacionistas para perspectivas que valorizam a diversidade e a inclusão plena. Historicamente, as políticas educacionais para o público-alvo da Educação Especial desenvolveram modelos de ensino em aulas e escolas especializadas para a integração e, mais recentemente, para a inclusão em salas regulares, influenciadas por marcos como a Constituição Federal de 1988 e a Declaração de Salamanca (1994).

Nesse contexto, essa temática delimita-se ao contexto brasileiro contemporâneo, com ênfase na ressignificação dos conceitos de deficiência e diferença, que deixa de ser vistos como "faltas" a serem corrigidas para serem compreendidos como construções sociais assimétricas, impactando a escolarização e a participação em atividades como o esporte adaptado. Dessa forma, o problema de pesquisa centra-se nos desafios para a efetivação da inclusão, questionando como as políticas e práticas pedagógicas garantem o acesso e a permanência de alunos com deficiência, especialmente em ambientes escolares regulares.

Nesse sentido, o objetivo do estudo é analisar essa inserção, explorando as evoluções conceituais e suas implicações para a formação integral dos estudantes. Sua relevância reside na contribuição para pesquisas de mestrado, promovendo reflexões sobre equidade educacional e políticas públicas que fomentem a diversidade como princípio norteador.

Quanto à metodologia adotada neste estudo é de caráter bibliográfico, fundamentada na revisão e análise de literatura especializada, com o intuito de explorar conceitos teóricos e normativos relacionados à educação inclusiva e à Educação Especial. Essa abordagem qualitativa permite uma investigação descritiva e interpretativa, sem a necessidade de coleta de dados empíricos primários, priorizando a síntese de conhecimentos consolidados para subsidiar discussões reflexivas. Os meios de pesquisa consistem em textos analisados e discutidos durante o percurso da disciplina "Deficiências e Diferença", incluindo obras como as de Klein (2015), que discute a inclusão como jargão educacional com dimensões econômicas e

políticas, e Lara (1998), que critica a reprodução de exclusões na escola integrada. Adicionalmente, foram analisados documentos normativos, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) e o Decreto nº 7.611/2011, além de referências internacionais como a Declaração de Salamanca (1994). A seleção desses materiais foi guiada por critérios como relevância teórica, atualização e contribuição para o debate conceitual, passando por uma análise crítica que articula teoria e prática, com procedimentos que envolvem leitura analítica, categorização de conceitos chave (como inclusão, AEE e diferença) e síntese interpretativa para embasar as discussões subsequentes.

Os resultados da análise bibliográfica revelaram uma evolução significativa nas abordagens à deficiência e à diferença no contexto educacional brasileiro. Identificou-se que, historicamente, a deficiência era conceituada como uma "falta" individual, levando a práticas segregacionistas, enquanto a perspectiva inclusiva, consolidada a partir de 2008 com a PNEEPEI, redefine a Educação Especial como modalidade transversal, com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ocorrendo como suporte complementar ao ensino regular.

Textos como o de Klein (2015) destacam que a inclusão vai além de metodologias pedagógicas, incorporando dimensões econômicas e políticas, enquanto Lara (1998) aponta a persistência de itinerários de exclusão em escolas que priorizam homogeneidade. Documentos normativos analisados, como o Decreto nº 7.611/2011, enfatizam a importância das salas de recursos multifuncionais para eliminar barreiras, promover acessibilidade e participação plena. No âmbito do esporte adaptado, revisando-se uma articulação com a inclusão escolar, onde atividades paralímpicas servem como ferramenta para ressignificar diferenças, fomentando o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência. Esses resultados indicam avanços legais, mas também lacunas na implementação, como a falta de formação docente e de recursos materiais.

A discussão dos resultados aponta para a complexidade da inserção da educação inclusiva na Educação Especial, revelando entre o discurso normativo e a prática efetiva. Os conceitos de deficiência e diferença, ressignificados pela perspectiva inclusiva, desafiam visões normativas que reproduzem exclusões, como destacado por Lara (1998), que critica a deficiência escolar em adaptar-se à diversidade. A análise bibliográfica corrobora que o AEE, embora essencial, enfrenta obstáculos atitudinais e estruturais, alinhando-se às reflexões de

Klein (2015) sobre a inclusão como "lugar de suspeita", que deve questionar não apenas o "como ensinar", mas o "para que" e o "o que ensinar".

No contexto do esporte adaptado, discute-se como as paralimpíadas podem ampliar a participação social, mas exigem integração curricular para evitar segregação. Esses debates discursivos impactam o acesso e a permanência de alunos com deficiência, reforçando a necessidade de políticas que transcendam a inserção física para promover a equidade. A relevância para a pesquisa de mestrado reside na identificação de lacunas entre teoria e prática, indicando que a inclusão plena requer uma mudança cultural e investimentos em formação, alinhados aos objetivos de uma educação para todos.

Em resumo, este estudo demonstra que a inserção da educação inclusiva na Educação Especial avança rumo à valorização da diversidade, mas persistem desafios para sua efetivação plena. Dessa forma, os resultados mostram a importância de ressignificar a deficiência e a diferença como construções sociais, promovendo práticas pedagógicas que garantam acesso, permanência e participação integral, inclusive em contextos como o esporte adaptado.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, abordada pela análise e sistematização de materiais já publicados, com o objetivo de fundamentar a compreensão teórica acerca da inserção da educação inclusiva na Educação Especial. Essa abordagem permite a compreensão crítica de conceitos, teorias e normativas, sendo adequada para abordar a temática da inclusão, dada sua construção interdisciplinar e histórica. De acordo com Gil (2010, p. 29), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituída principalmente de livros e artigos científicos”, o que viabiliza o aprofundamento nos aspectos conceituais e normativos que permeiam a prática educativa para os alunos com deficiência. Os meios de pesquisa contemplaram os textos analisados e discutidos durante o percurso da disciplina "Deficiências e Diferença", oferecido no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Roraima no semestre 2025.1, incluindo obras teóricas, documentos legais e análises acadêmicas sobre inclusão e diferença.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, uma vez que busca compreender as complexidades da inclusão e suas implicações no contexto educacional, valorizando a análise dos discursos e das práticas, ao invés de produzir dados quantitativos mensuráveis. Essa orientação metodológica prioriza a interpretação subjetiva e contextual das especificidades, permitindo uma visão holística das transformações paradigmáticas na Educação Especial. Como aponta Gil (2010, p. 41), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”, o que se alinha à necessidade de explorar conceitos como deficiência e diferença de forma reflexiva e não estatística. O tipo de estudo é exploratório e descritivo, mapeia e interpreta a evolução histórica e as práticas inclusivas, sem a pretensão de generalizações amplas, mas com foco na relevância para o contexto educacional brasileiro.

Os instrumentos de coleta de dados consistiram em fontes secundárias, como livros, artigos científicos, legislações nacionais e internacionais, selecionados a partir dos materiais didáticos da disciplina "Deficiências e Diferença". Entre eles, destacam-se textos de autores como Klein (2015) e Lara (1998), além de documentos normativos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) e a Declaração de Salamanca (1994), que foram lidos e compilados para subsidiar a análise. Essa coleta foi realizada de forma sistemática, por meio de leitura analítica e fichamento, garantindo uma abrangência de perspectivas teóricas e práticas. Conforme Marconi e Lakatos (2013, p. 71), “o instrumento de coleta deve ser adequado ao tipo de pesquisa, permitindo a obtenção de dados fidedignos e relevantes”, o que justifica a ênfase em fontes bibliográficas consolidadas para uma investigação teórica robusta.

A técnica de análise dos dados adotada foi a análise de conteúdo qualitativa, envolvendo a categorização temática e a interpretação crítica dos textos selecionados, com o propósito de identificar padrões, contradições e implicações nos conceitos de inclusão e Educação Especial. Essa técnica incluída estabelece relações entre os dados encontrados e o objeto de estudo, articulando teoria e prática educacional. Segundo Marconi e Lakatos (2013, p. 125), “a análise de conteúdo é uma técnica para o tratamento objetivo, sistemático e quantitativo da manifestação de conteúdo de comunicação”, adaptada aqui para uma perspectiva qualitativa que prioriza a profundidade interpretativa. Assim, os dados foram organizados em categorias como evolução histórica, desafios inclusivos e ressignificação de

conceitos, promovendo uma reflexão aprofundada sobre os avanços e lacunas na inserção da educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A trajetória da Educação Especial no Brasil é um campo complexo, marcado por uma significativa evolução de paradigmas, transitando de abordagens segregacionistas para a atual perspectiva inclusiva. Por muito tempo, a concepção de deficiência esteve atrelada à ideia de "falta", algo a ser corrigido ou reabilitado, o que historicamente marginalizou e afastou as pessoas com deficiência do convívio social. No entanto, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da influência de movimentos internacionais, o debate sobre a educação para todos se intensificou, direcionando as políticas educacionais brasileiras para uma abordagem mais inclusiva.

Desde a década de 1980, organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), têm desempenhado um papel crucial na difusão de diretrizes contra a exclusão e a discriminação, influenciando diretamente o marco político e legal brasileiro para a inclusão. A Declaração de Salamanca (1994) é um exemplo emblemático, impulsionando a adoção global de políticas e práticas de educação inclusiva e expandindo o conceito de "necessidades educativas especiais" para abranger qualquer aluno que demande adaptações escolares para garantir sua aprendizagem. Dessa forma, Klein (2015) afirma que:

A palavra inclusão tem sido utilizada como um jargão na área educacional para marcar as práticas que gostaríamos que fossem mais justas, democráticas e solidárias. Quando perguntado para os professores [...] a respeito do significado da inclusão, esta frequentemente aparece de forma simplificada e restrita à discussão pedagógica, com ênfase nas questões metodológicas. Trata-se de uma preocupação importante com o como ensinar a todos[...] aí talvez possa ser agregada outra dimensão à discussão do como ensinar, que diz respeito ao para que e, junto dessa, o que se refere ao que ensinar a todos os escolares. Nessa perspectiva, pode-se colocar a inclusão num lugar de suspeita, trazendo a discussão pedagógica, mas relacionando-a com as dimensões econômicas e políticas. (Klein, 2015, p. 12)

Apesar da ampla aceitação do princípio da inclusão, a efetivação de uma educação inclusiva transcende a mera inserção física dos alunos no ambiente escolar.

É fundamental que as práticas educacionais sejam modificadas para garantir o desenvolvimento e a aprendizagem de todos, superando a visão de que a inclusão se restringe a correções de "faltas" ou "sofrimentos" individuais. Contudo, a análise crítica revela que as

definições e objetos da inclusão, muitas vezes, reproduzem uma visão normativa dos sujeitos, camuflando a construção social assimétrica das diferenças humanas. Conforme Lara (1998) destaca:

A instituição escolar, mesmo com as diversas e numerosas reformas em seus sistemas de ensino, continua buscando a adaptação das pessoas a homogeneidade de seus pensamentos, a rigidez de seus tempos, a competitividade de seus itinerários, a hierarquia de suas disciplinas e a cultura androcêntrica branca. Na escola integradora, que nossas leis propõem, continuam produzindo-se, muitas vezes, itinerários de exclusão para aquelas pessoas que na situação de ter que adaptar-se a tudo isso acaba tornando-se insuportável (manifestam isso com seus fracassos ou com sua rebeldia, com sua ausência de palavra ou com seu grito violento) e continua sendo impossível entrar nessa escola sem assumir um alto grau de negação de sua própria diferença. Fundamentalmente essa diferença aponta as mais altas hierarquias dos princípios de tal instituição: a palavra, a razão e a ordem. (Lara, 1998, p. 157)

Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) de 2008 estabelece a Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, e não mais substitutiva à escolarização regular. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) emerge como o principal dispositivo articulador, com caráter complementar ou suplementar, visando à disponibilização de recursos e serviços para o apoio aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Contudo, como apontam Lunardi-Lazzarin e Hermes (2017), apesar das reformas educacionais, persiste a produção de "prisioneiros do pertencimento" nas escolas, com inclusões excludentes e exclusões includentes, onde a lógica da segregação se mantém de maneira sutil. A PNEEPI, ao definir um público-alvo mais restritivo e centrar o AEE na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), pode, paradoxalmente, reforçar a especialização e a segregação, apesar do discurso inclusivo.

A conceituação de deficiência também passou por redefinições significativas, abandonando a perspectiva puramente clínica e adotando um modelo que considera a interação entre as limitações individuais e as barreiras ambientais e atitudinais como determinantes da deficiência. O modelo social da deficiência tem grande reconhecimento, estabelecendo-se em oposição ao modelo médico, que focava o problema na própria pessoa.

Mais recentemente, o modelo biopsicossocial tenta conciliar essas perspectivas, reconhecendo tanto os aspectos biológicos quanto a interação com o ambiente como fatores que definem a deficiência. Essa evolução conceitual, embora positiva, deve ser analisada criticamente, pois, como argumenta Skliar (2003, p. 32), a retórica da diversidade, muitas vezes, camufla as assimetrias de poder e as desigualdades inerentes à construção social das diferenças humanas, transformando-as em "variantes aceitáveis e respeitáveis do projeto hegemônico da normalidade".

Em resumo, a inserção da educação inclusiva na Educação Especial no Brasil é um campo em constante construção, caracterizado pela tensão entre avanços normativos e os desafios da implementação. É um processo que demanda a contínua problematização de conceitos e práticas, a fim de que a escola se configure como um espaço verdadeiramente democrático, que celebre as diferenças e promova o desenvolvimento pleno de cada sujeito. A busca por uma educação realmente inclusiva implica desnaturalizar a norma, reconhecer a alteridade radical do "outro" e construir práticas pedagógicas que dialoguem com as singularidades, em vez de reforçar a homogeneização e a exclusão velada.

A trajetória da Educação Especial no Brasil é um reflexo das complexas relações sociais e políticas que moldaram a percepção da deficiência e da diferença ao longo do tempo. Historicamente, a abordagem predominante foi marcada por práticas segregacionistas, onde as pessoas com deficiência eram vistas como indivíduos à margem, necessitando de correção ou reabilitação em espaços isolados. Índícios de educação para pessoas com deficiência no século XVI, embora restritos à nobreza, já denotavam uma fase segregativa que perdurou até o século XIX. Essa mentalidade prevalecia na crença de que qualquer pessoa com deficiência era um risco à sociedade e, portanto, deveria ser afastada do convívio social.

Com o passar do tempo, especialmente após as duas grandes guerras mundiais a reabilitação ganhou destaque, ressignificando a deficiência como uma condição passível de tratamento e recuperação. Na década de 1970, a concepção de integração escolar começou a ganhar força, inserindo o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) em ambientes como classes especiais e escolas especializadas, sob uma perspectiva clínico-pedagógica. A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca em 1994, foi um marco crucial, impulsionando a adoção de políticas e práticas de educação

inclusiva em escala global e expandindo o conceito de "necessidades educativas especiais". Nesse sentido, Lunardi-Lazzarin e Hermes (2017) afirmam que:

Considerando as reformas educacionais relativas às políticas públicas de Educação Especial, este artigo problematiza a emergência e a operacionalidade da Educação Especial por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas inclusivas. Partindo de um estudo de caráter exploratório, inscrito nos Estudos Foucaultianos em Educação, desenvolvemos o entendimento da Medicina Social, da Psicologia e da Pedagogia como condições de possibilidade da emergência da Educação Especial, bem como problematizamos a tríade palavra-razãoordem na operacionalidade dessa educação especializada. Concluimos que, apesar das reformas educacionais, continuamos a produzir prisioneiros do pertencimento nas escolas, efetivando inclusões excludentes e exclusões includentes. (Lunardi-Lazzarin; Hermes, 2017, p. 293)

O debate em torno da educação inclusiva se fortalece como um processo que visa à inserção do PAEE no ambiente escolar, demandando a reestruturação e o funcionamento da escola e dos profissionais que nela atuam. Essa inclusão é um processo em constante evolução, que se manifesta por meio de práticas e condutas fundamentadas em princípios como a inclusão na escola, no trabalho, no lazer e no acesso à informação. Tal movimento tem levado a uma redefinição da própria concepção de deficiência, que transcende a ideia de falta ou incompletude corporal para considerar questões sociais, culturais e políticas que moldam a identidade dos indivíduos. Para Kassar e Rebelo (2018) destacam que:

Esses trechos, considerados nas contingências históricas e econômicas no Brasil na década de 1990, possibilitam o entendimento de que o projeto de incorporar todas as crianças na educação é totalmente compatível à universalização do ensino obrigatório já assumida pelo país, ou seja, esse compromisso não acarreta, necessariamente, novas ações; e, de que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a forma de administração pública implantada (Reforma do Aparelho de Estado) previa o incentivo de acordos e convênios (denominados de parcerias) com instituições privadas sem fins lucrativos (processo de publicização). Por esse processo, instituições de caráter privado assistencial, consideradas na proposição da política de Educação Especial do regime militar como parte da rede de serviços prestados (MEC, 1975b; Pires, 1974), permanecem com o mesmo estatuto. (Kassar; Rebelo, 2018, p. 55)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) de 2008 emerge nesse cenário como um marco crucial, estabelecendo a obrigatoriedade da educação regular para todas as crianças, independentemente de suas características, deficiências, condições e possibilidades de permanência. A PNEEPI

reconfigura a Educação Especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, focando na disponibilização de recursos e serviços, e orientando sobre sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Essa política visa a eliminação da lógica da exclusão, confrontando práticas discriminatórias e criando alternativas para superá-las, de modo a garantir uma educação de qualidade para todos em um espaço comum e diverso. A implementação da educação inclusiva, entretanto, ainda enfrenta desafios, como a polarização entre sala de recursos e sala comum, com o atendimento especializado se restringindo, muitas vezes, às salas de recursos sem uma articulação efetiva com o trabalho pedagógico da classe comum. Além disso, questões como a identificação e o encaminhamento equivocado de alunos para a Educação Especial, historicamente, têm sido alvo de críticas.

Portanto, a inserção da educação inclusiva na Educação Especial é um processo dinâmico e multifacetado. Embora as normativas legais e os documentos oficiais busquem promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, a realidade escolar ainda apresenta impasses e contradições. Superar a segregação, mesmo que velada, e garantir que a inclusão se materialize como um direito efetivo de participação e aprendizagem para todos os alunos, independentemente de suas diferenças, exige um compromisso contínuo com a reflexão crítica, a formação docente qualificada e a reformulação das práticas pedagógicas em todos os níveis do sistema educacional.

A efetivação das práticas educacionais na perspectiva inclusiva transcende a mera inserção física dos alunos com deficiência no ambiente escolar. Ela exige uma reestruturação profunda do sistema educacional para garantir que todos os alunos, especialmente o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), tenham seu desenvolvimento e aprendizagem assegurados. A transição de paradigmas na Educação Especial para a inclusão não se resume à adoção de novas terminologias, mas implica uma transformação das concepções e das ações pedagógicas. O foco, portanto, deve ir além do "como ensinar", para abraçar o "para que" e "o que" ensinar a todos os escolares, considerando as dimensões sociais, econômicas e políticas envolvidas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) de 2008 é um marco fundamental nesse processo. Ela estabelece a Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades,

com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como elo articulador, de caráter complementar ou suplementar ao ensino comum. Essa política visa assegurar o direito à educação regular para todos, promovendo a transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos. Contudo, a prática de in/exclusão, onde as fronteiras se mesclam, demonstra que a mera inserção não garante o aprendizado efetivo, e a ausência de métodos adequados pode levar à exclusão do aluno por não conseguir aprender. Conforme Neves, Rahme e Ferreira (2019) salientam a complexidade do AEE:

Apesar de reconhecer que há mudanças importantes em curso e que as diretrizes reinventadas por cada um dos núcleos gestores relativos aos sistemas de ensino têm condições de construir propostas que possam alterar o futuro da educação das pessoas com deficiência no Brasil, admito que temos um longo percurso a ser cumprido. Restam questionamentos muito importantes relativos: aos processos de identificação dos alunos que devem ter acesso a esses serviços; à etapa escolar considerada prioritária, pois temos presenciado uma ênfase no primeiro ciclo do ensino fundamental como o espaço de concentração das salas de recursos; à tendência de negação da complexidade dos fenômenos que caracterizam a vida escolar e valorização de uma premissa de 'ajuste' de 'correção' de um sujeito/aluno. (Neves; Rahme; Ferreira, 2019, p. 1531)

Apesar das intenções da PNEEPEI, a implementação de suas diretrizes no cotidiano escolar revela desafios. A proliferação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e o aumento significativo de matrículas de alunos com deficiência em classes comuns, como observado por Kassar e Rebelo (2018), são indicadores de mudança. No entanto, a efetividade pedagógica dessas práticas é questionada. Em muitos casos, o AEE não se articula de forma orgânica com o trabalho da sala comum, transformando-se em um serviço paralelo que pode, inadvertidamente, reforçar a segregação, ao invés de promover a inclusão plena.

Para Silva e Barberena (2022) destacam os avanços e a persistência de contradições:

É evidente o quanto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), trouxe avanços para a Educação Brasileira, contudo Carvalho (2013) apud Neves; Rahme e Ferreira (2019), apontam contradições nos normativos do sistema educacional e que alterou a discussão da Educação Especial no país, sendo assim como meios e dispositivos para o ensino efetivo em escolas regulares foram se construindo. (Silva; Barberena, 2022, p. 377)

A problemática da segregação persiste, mesmo com o discurso inclusivo. A especialização do AEE, embora essencial para atender a necessidades específicas, pode, em

alguns contextos, funcionar como um saber científico pedagógico que classifica e repara, mas que não necessariamente integra o aluno à totalidade da vida escolar. A formação continuada de professores é um ponto crucial para reverter esse quadro, pois o despreparo docente e a falta de conhecimentos sobre as especificidades de cada deficiência ainda são barreiras significativas para a construção de práticas verdadeiramente inclusivas. É fundamental que a formação de professores vá além da mera instrumentalização, promovendo uma compreensão aprofundada da diversidade e da alteridade, e incentivando a criação de metodologias que considerem as potencialidades de cada aluno.

Logo, as práticas educacionais na perspectiva inclusiva, embora amparadas por um robusto arcabouço legal e político, encontram no cotidiano escolar os seus maiores desafios. A superação da lógica de in/exclusão demanda que as escolas se organizem coletivamente, que a formação docente seja contínua e aprofundada, e que o AEE atue de forma colaborativa e integrada à sala de aula comum. Somente assim será possível construir uma escola que não apenas receba a todos, mas que, de fato, ensine, desenvolva e reconheça a singularidade de cada aluno, transformando o ideal de inclusão em uma realidade concreta.

Nessa perspectiva, a discussão teórica revelou que a inserção da educação inclusiva na Educação Especial promove uma ressignificação profunda dos conceitos de deficiência e diferença, passando de visões segregacionistas para abordagens que enfocam a interação social e ambiental, como evidenciado pela adoção do modelo biopsicossocial. Essa evolução contribui para políticas como a PNEEPEI, que aumentou as matrículas em aulas comuns e a frequência de SRM, resultando em maior acessibilidade e participação de alunos com deficiência, embora persistam contradições como a segregação sutil e a falta de articulação entre AEE e ensino regular.

Por fim, a análise crítica demonstra que os avanços normativos fomentam uma educação mais equitativa, com impactos positivos na formação integral dos estudantes, incluindo atividades como o esporte adaptado, que ressignificam diferenças como potencialidades. No entanto, os resultados apontam para a necessidade de investimentos em formação docente e recursos para superar barreiras atitudinais, garantindo que a inclusão não seja apenas retórica, mas uma prática eficaz que promova equidade e desenvolvimento pleno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o problema de pesquisa central deste estudo, que é a questão como a inserção da educação inclusiva na Educação Especial tem se configurada no contexto brasileiro, especialmente no que tange à ressignificação dos conceitos de deficiência e diferença nos processos de escolarização, é possível afirmar que essa inserção representa uma evolução paradigmática marcada por avanços legais e conceituais, mas ainda permeada por desafios práticos. Dessa forma, a análise histórica revelou uma transição de abordagens segregacionistas para inclusivas, influenciada por marcos como a Constituição Federal de 1988 e a Declaração de Salamanca de 1994, onde a deficiência deixa de ser vista como uma "falta" individual para ser compreendida como uma construção social assimétrica. Assim, responde ao problema ao destacar que, embora políticas como a PNEPEI de 2008 promovam a inclusão como modalidade transversal, a efetivação depende da superação de barreiras atitudinais, pedagógicas e estruturais, garantindo o acesso e a permanência de alunos com deficiência em ambientes regulares.

Ao cumprir o objetivo do estudo, que visa analisar essa inserção com foco na relevância para pesquisas de mestrado sobre o acesso e permanência de alunos com deficiência, a discussão demonstrada que conceitos como inclusão, atendimento educacional especializado (AEE) e diferenças são ressignificados na prática educacional, promovendo uma educação para todos que valorizam a diversidade como princípio norteador. Através da exploração de fases históricas, evidencia-se que o AEE atua como dispositivo complementar, eliminando barreiras e fomentando a participação plena, inclusive em atividades como o esporte adaptado e as paralympíadas. Dessa forma, o objetivo foi atendido ao articular teoria e prática, revelando que a inclusão transcende a mera inserção física, exigindo modificações profundas nas práticas pedagógicas para uma formação integral e equitativa. Os resultados apontam para implicações significativas, como a necessidade de investimentos em formação docente, recursos materiais e mudanças culturais para fortalecer resistências à diversidade, alinhando-se aos debates discursivos identificados nos textos de autores como Klein e Lara. Ao responder ao problema de pesquisa, confirma-se que, apesar dos avanços normativos, persistem itinerários de exclusão em contextos escolares que priorizam a homogeneidade, o que reforça a importância de políticas públicas que integram o AEE de forma transversal e efetiva. Essa reflexão contribui para o campo da Educação Especial, demonstrando que a verdadeira inclusão

exige uma abordagem holística, onde a diferença é celebrada como enriquecedora, impactando positivamente a permanência escolar e o desenvolvimento social dos alunos com deficiência.

Logo, este estudo cumpre seu propósito ao fornecer uma análise crítica que não apenas responde ao problema de pesquisa, mas também subsidia futuras investigações, enfatizando a urgência de práticas inclusivas que promovam equidade e respeito à diversidade. A inserção da educação inclusiva na Educação Especial, portanto, surge como um processo contínuo de transformação, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde a educação se torna um direito fundamental acessível a todos, independentemente de suas diferenças.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008**, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394/96 e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253/2007. Brasília, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPI**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Princípios, políticas e prática em educação especial**. Espanha: 1994.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. **Escolarização dos alunos da educação especial na política de educação inclusiva no Brasil**. Inclusão Social, Brasília, v. 11, n. 2, p. 49-59, 2018.
- KLEIN, Rejane Ramos; HATTGE, Morgana Domênica (org.). **Diferença e inclusão na escola**. Curitiba: CRV, 2015.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- LARA, Nuria Pérez de. **La capacidad de ser sujeto: más allá de las técnicas en Educación Especial**. Barcelona: Editorial Laertes, 1998.
- LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise; HERMES, Simoni Timm. Educação especial como campo de saber e poder nas políticas de inclusão escolar. **Contrapontos**, Itajaí, v. 17, n. 2, p. 290-311, maio/ago. 2017.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84853, 2019.

SILVA, João Henrique da; BARBERENA, Cinara Franco Rechico (org.). **Tecendo redes e caminhos para pensar educação, inclusão e diversidade**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2022.

SKLIAR, Carlos. A educação e a pergunta pelos outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 5, p. 37-49, 2003.

Recebido em: *Março/2025*.

Aprovado em: *Dezembro/2025*.